



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICA E CIDADANIA

A REPRESENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA CAVERNA DE PLATÃO: NARRATIVAS DA AUSÊNCIA E DO PODER NA ESCRITA SARAMAGUIANA NA VIGÊNCIA DO CAPITALISMO TARDIO

BARBOSA, Ramsés Albertoni

Doutorando em Ciências Sociais

PPGCSO-UFJF

ramses.albertoni@ich.ufjf.br

Resumo

No *roman à thèse* “A Caverna” Saramago cria um artifício de representação que permite elucidar formas de domínio, cuja análise parte da crítica ao funcionamento do princípio do mercado que confina o Estado e deslegitima formas de sociabilidade já propostas, seja pela fase liberal seja pela organizada do capitalismo tardio que, não obstante, desoculta outras sociabilidades subalternizadas pela modernidade. A realidade urbana de consenso pós-político é marcada pela divisão internacional do trabalho, pela dinâmica vertiginosa das transações bancárias, pelas formas de interrelacionamento das mídias como manifestações visíveis do sistema econômico. Depreende-se que o esmaecimento do sentido histórico, a substituição da categoria tempo enquanto dominante pelo espaço ou a transmutação das coisas em imagens no processo de reificação, mais do que características de uma dominante cultural, constituem traços estruturais do capitalismo tardio que se legitima pela dissolução explosiva da autonomia da esfera cultural, descrita como uma prodigiosa expansão da cultura até o ponto em que tudo na vida social deve ser considerado como cultural. Enfatiza-se como os discursos ético-políticos preenchem as condições comunicativas para um auto-entendimento hermenêutico de coletividades, porquanto possibilitam uma autocompreensão autêntica e conduzem para a crítica de um projeto de identidade, em que é necessário o preenchimento de certas condições de uma comunicação não-deformada sistematicamente.

Abstract

In *roman à thèse* “A Caverna” Saramago produce an artifice of representation that permit to elucidate forms of dominate, whose analysis go away of the critic of the functioning at principle of the market that limit the State and illegitimate forms of sociability already proposal, it's for liberal phase, it's for phase organized of late capitalism that, however visibility others sociability subalterns for modernity. The urban reality of pos- political consensus is marked for international division work, for vertiginous dynamic of bancs transitions, for forms of Media interrelationship as visible manifestations of economic system. To infer that fainting of historic signification, the substitution of time category as dominate for space or the transmutation of things in images in process of ratification, more than characters of a cultural dominant, to consist late capitalism structural traces that legitimate for explosive dissolution of autonomy of cultural sphere described as a prodigious cultural expansion until the point in that all social life has being considerate as cultural. Emphatics as discuss ethnical-political fulfill the communicative conditions for a hermeneutic self-comprehension of collectivity, whereby enable an authentic self- comprehension and conduct for critical of a project of identity, in that is necessary the fulfill of determinates conditions of a communication systematically no-deformed.

Palavras-chave: Saramago; Capitalismo Tardio; Sociabilidades; Urbanismo; Pós-Política.

Keywords: Saramago; Late Capitalism; Sociability; Urbanism; Pos-Political.

PAP0691

1. ARTIFÍCIOS DE REPRESENTAÇÃO

O artigo analisa os “artifícios de representação” (Althusser, 1968) agenciado no *roman à thèse* “A Caverna”, de Saramago (2000), como uma criação que se relaciona com a representação das identidades urbanas, a partir das “afinidades eletivas” (Löwy, 1989) entre a literatura e as ciências sociais a partir da relação dialética que se estabelece entre configurações sociais ou culturais não redutíveis à determinação causal direta ou influência no sentido tradicional. A literatura é prática social que expressa, na forma e no conteúdo, o arranjo social, a maneira como a sociedade se organiza, se relaciona, resolve seus conflitos. No âmbito estrito das ciências sociais pode-se compreender a literatura como um conjunto de textos formalizados e produzidos por uma categoria social determinada, o escritor, preocupada com uma estética da arte e da linguagem que é, conforme Facina (2004), uma síntese da sua época, sujeito aos condicionamentos e orientações das suas múltiplas dimensões de pertencimento, cuja criatividade, em princípio ilimitada, é, de certa forma, balizada por um campo delimitado de possibilidades culturais próprios da sua condição e inserção. Por conseguinte, a realidade social não está diretamente refletida na literatura, porquanto existem processos mediadores que alteram conteúdos originais, entre uma e outra, por isso, devendo apreendida como parte constitutiva da prática social.

As diversas expressões literárias, tanto na sua forma como no seu conteúdo, são em síntese expressões de visões de mundo compartilhadas coletivamente e próprias de determinados grupos sociais informados por experiências históricas concretas. A literatura, assim como outras concretizações sociais, engendra práticas e representações dos indivíduos e grupos sociais nos quais ela é construída, o que a torna passível e legítima de análise no campo sociológico. Dessa maneira, investigar concepções de mundo e ideias transformados em textos literários é investigar as condições de sua produção, situando autores e temas sócio-historicamente. Como expressão do processo cultural, a literatura não pode ser compreendida como uma dimensão autônoma da dinâmica social, uma vez que sua existência só tem sentido na relação entre quem escreve e quem lê. Sua natureza é circular neste intercâmbio, nesta troca constante em algum nível de compartilhamento de universos simbólicos semelhantes. Apesar de serem modos de conhecimento do mundo que renunciam à ideia de que a realidade possa ser apreendida em si, na sua essência, de forma substancializada ou reificada, tanto a literatura quanto as ciências sociais possuem fronteiras intransponíveis, uma vez que o modo de conhecimento literário é impossível de ser reduzido apenas à observação, e seu campo analítico não se limita à procura de leis gerais explicativas do comportamento humano e da organização social, como é, em tese, o objetivo das ciências sociais. Todavia, a lógica literária da pluralidade de personagens, de temas e gêneros de escrita supõe e expõe a pluralidade, a diversidade, singularidades, especificidades das sociedades. Literatura e ciências sociais não abdicam da prerrogativa de que a realidade social, por conta da sua complexidade, só pode ser conhecida e principalmente compreendida a partir de um ponto de vista, de uma perspectiva.

s “artifícios de representação” dizem respeito à formulação de Althusser (1968) em que a representação do mundo necessária à coesão social é necessariamente mítica, cuja razão reside no fato de todas as estruturas sociais serem por definição opacas para os indivíduos que ocupam postos no seu interior, porquanto a estrutura formal de toda e qualquer ideologia é uma inversão constante desta relação real entre as formações sociais e os indivíduos a ela pertencentes: porque o mecanismo-chave de toda e qualquer ideologia é o de construir indivíduos como “sujeitos imaginários” da sociedade, bem como o de garantir a sua sujeição à ordem social, seja como seus pilares cegos, seja como suas vítimas.

As “afinidades eletivas” dizem respeito à reflexão acerca das instâncias de interlocução, limites e possibilidades do diálogo entre duas epistemologias, sendo tomadas, em sentido estrito, como expressão de configurações culturais, o resultado de um arranjo único e de uma inter-relação das partes, o que constitui uma nova entidade – para daí, procurar revelar as (des)continuidades entre estas duas formas de operacionalização e compreensão da realidade social. Por conseguinte, este conceito abre possibilidades para a compreensão de realidades e relações complexas abrindo o campo para a superação de um reducionismo estrito que apaga nuances dos significados atribuídos às relações sociais estabelecidas. De acordo com Löwy (1989), tanto a produção quanto a recepção e a apropriação dos conceitos são o resultado de uma complexa trama de aproximações e repulsões, de afinidades e interditos, de movimentos de convergência, de atração

recíproca, de combinação, podendo chegar à fusão em múltiplas escalas e temporalidades. Esta forma, essencialmente antropológica de interpretação e compreensão dos fenômenos da sociedade e expressa no sentido atribuído ao conceito de sociedade, se realiza pela interveniência da mediação, da interação, da fusão, da metamorfose, permitindo justificar processos de interação que não dependem nem da causalidade direta, nem da relação expressiva entre forma e conteúdo, porquanto não se dá no vazio ou na placidez da espiritualidade pura, sendo (des)favorecida por condições histórico-sociais, cuja análise é compatível com o reconhecimento do papel determinante das condições socioeconômicas.

Na construção do *roman à thèse* (Suleiman, 1983), Saramago (2000) se apropria do recurso do *formal realism* (Watt, 1957), cujo método narrativo incorpora uma visão circunstancial da vida a partir de um conjunto de procedimentos narrativos que são peculiares ao gênero romance. Apesar de ser uma convenção, o *formal realism* possui vantagens específicas, porquanto existem diferenças importantes no grau em que as diferentes formas literárias mimetizam a realidade, o que lhe permite uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial. Segundo Lukács (2000), isso vai ocorrer porque a arte se tornou independente dos modelos clássicos; atualmente, o romance já não é mais a cópia de um modelo pré-estabelecido, mas sim uma totalidade criada, visto que a “unidade natural das esferas metafísicas” se rompeu. Portanto, a arte é tão-só uma esfera entre muitas que possui, como pressupostos de sua existência e conscientização, o esfacelamento e a insuficiência do mundo. O romance, como “epopeia da era burguesa”, está, desse modo, paradoxalmente condenado à fragmentariedade e à insuficiência por um substrato histórico-filosófico, além de ser, a narrativa de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não se dá de modo evidente e cuja imanência tornou-se problemática apesar de possuir uma intenção à totalidade. Como epopeia moderna, o romance dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, buscando descobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida.

A rigor, o herói da epopeia jamais é um indivíduo, pois seu traço essencial é tratar do destino de uma comunidade, já que a perfeição e a completude do seu sistema de valores articula um todo demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se uma individualidade isolada (Lukács, 2000). A narrativa individual só pode ocorrer sob o peso da vinculação de um destino com uma totalidade, porquanto o destino universal é o que confere conteúdo aos acontecimentos. Segundo Lukács (2000), a perspectiva do narrador, ao contrário, independentemente das convicções particulares do escritor, estimula a compreensão da realidade como um processo de transformação incessante, isto é, como um movimento que está permanentemente engendrando o conhecimento. Segundo Candido (2006), a arte é social em dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte.

Dessa maneira, a primeira tarefa é investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais. É difícil discriminá-los, na sua quantidade e variedade, mas pode-se dizer que os mais decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação. O grau e a maneira por que influem estes três grupos de fatores variam conforme o aspecto considerado no processo artístico. Assim, os primeiros se manifestam mais visivelmente na definição da posição social do artista, ou na configuração de grupos receptores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão. Eles marcam, em todo o caso, os quatro momentos da produção, pois o artista orienta-o segundo os padrões da sua época, escolhendo certos temas, usando certas formas, cuja síntese resultante age sobre o meio (Candido, 2006).

2. PONTO NODAL: CENTRO COMERCIAL

Saramago (2000) se apropria do recurso do *formal realism* (Watt, 1957), cujo método narrativo incorpora uma visão circunstancial da vida a partir de um conjunto de procedimentos narrativos que são peculiares ao gênero romance, permitindo uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial. A ficcionalização saramaguiana contrapõe o Centro como um lugar de simulação e poder articulado à representação de uma cidade invisível, impedindo a construção de identidades num cenário fragmentado e repleto de textos, porquanto as metrópoles contemporâneas possuem uma complexa arquitetura de territórios que se articulam entre espaços efêmeros-híbridos e espaços identitários que entrecruzam polaridades fugidias, de lugares e não-lugares, instalando um palimpsesto a embaralhar identidades e relações, pois se o lugar não se apaga completamente, o não-lugar (Augé, 1994) jamais se realiza totalmente.

Ao representar a cidade, a literatura lhe empresta uma realidade imaginária, ao mesmo tempo em que as mudanças urbanas contribuem para transformar o texto literário, porquanto cada uma destas obras, ao mesmo tempo em que é um reflexo artístico do fenômeno urbano ao qual seus autores assistem, contribui ela própria para forjar a imagem desse fenômeno na consciência dos indivíduos. Trata-se de um diálogo que se opera nos dois sentidos: a ficção, ao representar a realidade, também contribui para construí-la. Essa intertextualidade entre literatura e espaço social urbano se aguça com o advento da cidade moderna, porquanto encarregada de explanar a respeito dos do mundo contemporâneo, a escrita ficcional se vê diante de um mundo caótico simbolizado pela grande cidade que é preciso revelar e ao qual se deve dar sentido. Para isso, a literatura precisa mergulhar fundo nos contrastes, na confusão e na miséria da cidade contemporânea, de modo a cumprir o seu papel de mediadora de uma experiência social urbana estranha e desordenada. Esse mergulho nas entranhas da cidade contemporânea exige do esforço literário um despojamento em relação a alguns dos princípios que o definiam anteriormente. É preciso, em primeiro lugar, levar em conta o esfacelamento de uma ordem social onde os papéis desempenhados por cada indivíduo eram pré-definidos. É preciso também dar conta de uma dispersão geográfica muito mais importante. É necessário, enfim, e também inevitável, abrir os olhos para uma realidade muitas vezes dramática.

A relação entre a personagem Cipriano Algor e o Centro Comercial é o ponto nodal a partir do qual Saramago constrói a sua crítica ao capitalismo, se coadunando com a análise mais específica de teóricos da cultura e do capitalismo. De acordo com Marx (1996), a burguesia só poderia existir com o aperfeiçoamento constante dos instrumentos de produção e, por conseguinte, com a mudança das relações de produção e de todas as relações da sociedade. Segundo Santos (1997), a alienação e a reificação do capitalismo fazem parte dos quatro axiomas fundamentais da modernidade que formam a base dos problemas atuais, quais sejam, a hegemonia que a racionalidade científica veio a assumir e consiste na transformação dos problemas éticos e políticos em problemas técnicos; a legitimidade da propriedade privada independentemente da legitimidade do uso da propriedade; a soberania dos Estados e da obrigação política vertical dos cidadãos perante o Estado; a crença no progresso entendido como um desenvolvimento infinito alimentado pelo crescimento econômico, pela ampliação das relações e pelo desenvolvimento tecnológico.

A ampla guinada na análise das questões mais prementes da contemporaneidade, descritas no romance “A Caverna”, será articulada por Jameson (1996) que desenvolve o termo “capitalismo tardio” a partir de um conceito que funciona como uma espécie de signo carregado de intenções e consequências, pois é hoje menos um modo de produção que um modo de vida. Mandel (1982) aborda a emergência da “racionalidade tecnológica” como ideologia dominante, e é a primeira teoria da história do capital, surgida no pós-guerra, que fornece a base empírica e conceitual de compreensão do presente numa configuração renovadora desse modo de produção. Para Mandel, o capitalismo tardio não é uma mera mudança do capitalismo, mas uma subfase da época imperialista. Tal concepção possui duas características essenciais: a primeira é a tendência em aumentar a rede de controle burocrático em suas formas mais assustadoras, a segunda, é a interpenetração entre governo e *big business*, semelhante ao que ocorreu com o nazismo. O que caracteriza atualmente este conceito é um sistema capitalista mundial que persiste nos procedimentos do antigo imperialismo.

No capitalismo tardio agencia-se o dispositivo complexo ternário da mundialização das trocas, da universalidade dos valores, das singularidades das formas. Tal sistema sinaliza a universalização do particular de alguém que é imposto a todo mundo. Diferenças e antagonismos estão desaparecendo em razão do desenvolvimento do mercado mundial e da uniformidade no modo de produção. O mundo hodierno se transformou num lugar onde só existe o dentro que anula o fora, não havendo dialética possível, pois quem está dentro do sistema, têm existência, mesmo que fraudulenta, e quem está fora, não existe. Esse problema é bem expresso no romance de Saramago, porquanto se de um lado existe a opulência do Centro e o consumismo exagerado e frívolo, por outro lado, existe um lugar bem próximo que é assustador, aglomerações caóticas de barracas precárias que não defendem das intempéries os seus mal-abrigados moradores que continuamente assaltam caminhões carregados de alimentos, uma vez que apenas os “vencedores” estão participando dos efeitos positivos da economia global.

3. COMUNICATIVIDADES

A “comunidade da mesmidade” (Bauman, 2004) em que vive o oleiro e sua família apoia-se primordialmente na atividade artesanal, cujo tempo é diferente da atividade industrial que possui um caráter fragmentário e totalizante. O trabalho artesanal está inserido num tempo mais global que permite a narrativa de um saber, de uma prática, de um conselho. O narrador artesanal é sempre fiel à sua época e jamais esquece as criaturas que vê passar em cortejo diante de seus olhos. A residência e olaria da família Algor foram construídas num amplo terreiro no centro do qual o avô oleiro decidiu plantar uma amoreira (Saramago, 2000). Durante uma conversa com Marta, Cipriano questiona sobre a continuidade do ofício familiar de oleiros, porquanto a família que constrói a sua existência em torno da velha Olaria Algor é uma comunidade que almeja erigir uma transcendência. Contudo, os seus integrantes estão inseridos numa cultura consumista que favorece o *ready-made* na sua imediatez, cujos prazeres voláteis e satisfações imediatas não exigem esforços e comprometimentos prolongados. De um lado a compulsão por consumo, de outro a construção do amor, a vontade de cuidar, de preservar o objeto cuidado. Um dos traços da “modernidade líquida” diz respeito ao problema da insegurança prefigurada pela fragilidade dos laços humanos, pois se o desejo quer consumir, o amor quer possuir (Bauman, 2003).

De um lado o “desejo *shopping*”, a satisfação instantânea, de outro, as personagens do romance “A Caverna” que pertencem à “comunidade da mesmidade” que possui uma matéria sólida a ser preenchida e revelada. Na modernidade líquida instaura-se a “comunidade de ocasião”, auto-construída em torno do efêmero dos eventos, cujas “relações de bolso” são doces e instantâneas. Duas são as condições para que se apresente este tipo de relação em uma “comunidade imaginada”, cuja auto-identificação vai se dar com uma dilatada categoria de desconhecidos com quem se crê partilhar algo pertinente. A primeira condição é a de se embarcar no relacionamento plenamente cômico e totalmente sóbrio, pois a conveniência é a alma do negócio. A segunda condição é a de se manter do jeito que se é, pois não se deve perder o controle das “subcorrentes emocionais”. Deve-se se lembrar sempre que o prazer é sustentado pelo tráfego constante, o bolso deve estar sempre livre e preparado para os próximos encontros. A arte de romper os relacionamentos e sair quase ileso é bem diferente da arte de constituir relacionamentos. Os compromissos familiares e trabalhistas duradouros, como os desempenhados pelas personagens do romance, são entrevistados como opressivos e incapacitantes pela modernidade líquida, pois tornam impuras as relações humanas que devem se balizar pelos atos de consumo ao cogitarem a satisfação instantânea e a obsolescência do objeto consumido. Conforme Bauman (2004), os alvos principais do ataque do mercado são os seres humanos como produtores, cuja estratégia usada é de mão dupla, pois se de um lado, mercantiliza-se e remodela-se, sob a forma do consumo, o maior número de aspectos da economia moral, de outro, nega-se qualquer relevância para a prosperidade da sociedade de aspectos dessa mesma economia moral que resista à mercantilização. Dessa forma, a modernidade líquida atinge todos os setores da vida social numa inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção que marca todas as espécies de vínculos sociais.

Ao retomar o mito platônico da caverna e atualizá-lo no universo do Centro Comercial, Saramago põe em questão a tentativa de se descartar as concepções humanas desenvolvidas ao longo da história. Em contraponto ao obsoletismo da sociedade do efêmero, o autor nos defronta com a percepção de outra época e outra sociedade com o intuito de nos mostrar que o que é verdadeiramente humano é sempre o mesmo, apesar das mudanças ao longo dos tempos, pois o que nos é essencial é duradouro e indispensável. Destarte, este artigo procura enfatizar como os discursos ético-políticos preenchem as condições comunicativas habermasianas para um auto-entendimento hermenêutico de coletividades, porquanto devem possibilitar uma autocompreensão autêntica e conduzir para a crítica de um projeto de identidade, em que é necessário o preenchimento de certas condições de uma comunicação não-deformada sistematicamente, que proteja os participantes contra repressões, sem arrancá-los de seus genuínos contextos de experiências e interesses.

A análise social abrangente de Habermas (1999) se vincula ao conceito de “fato social total” de Mauss (2010) que, de acordo com Martins (2008), é um sistema de conhecimento que articula o simples e o complexo, porquanto, na formulação maussiana está pressuposta a presença de sistemas de reciprocidades das atividades humanas, que se sustentam por um simbolismo generalizado em todos os planos da vida, se estendendo do plano do cotidiano às estruturas formais da economia, da política, da religião, da ciência, dentre outros. Destarte, o conceito de razão comunicativa de Habermas (1999) deriva da relação comunicativa entre as pessoas e pode produzir entendimento nos processos de socialização, agenciados a partir da relação entre trabalho e interação, que além de gerarem produção técnica e informação, permitem, a partir da linguagem, que se interpretem os acontecimentos, orientando a ação e desmascarando as relações de dominação. Há dois tipos de ação: a não-social, guiada por regras técnicas para intervir eficazmente no mundo, chamada de ação instrumental, e a ação social, dividida em dois subtipos: ação estratégica (guiada por regras racionais que implicam decisão) e ação comunicativa (visa ao entendimento e ao consenso, os atores compartilham a definição de uma situação).

No conceito habermasiano de contexto comunicativo interagem três fatores, quais sejam, a comunicação, a emancipação e a identidade do eu, articulados em termos de reciprocidade e de consenso. Habermas (1999) coloca como ponto primordial de sua teoria o paradigma da comunicação intersubjetiva da ação comunicativa que se contrapõe à ação estratégica, constituindo um novo tipo de racionalidade comunicativa que demanda uma teoria da sociedade em que o “sistema” coloniza o “mundo da vida”. Segundo Habermas (1999), o conceito de racionalidade comunicativa difere da racionalidade instrumental e cognitiva, pois se sustenta num conceito de sociedade que engloba dois paradigmas, o de mundo da vida e o de sistema, além de delinear uma teoria da modernidade que dê conta das novas patologias sociais como decorrência da submissão da ação comunicativa aos imperativos do sistema, pois se trata da racionalidade encarnada em saberes falíveis que dizem respeito ao mundo objetivo, acerca do qual é possível fazer juízos objetivos, pautados por uma pretensão intersubjetiva de validade.

O uso comunicativo de recorte habermasiano problematiza o mundo em função da necessidade de reconhecer as situações em sua objetividade, tendo em vista o entendimento entre sujeitos capazes de linguagem e de ação, cuja prática comunicativa cotidiana se dá no contexto do mundo da vida que compartilhado intersubjetivamente, em que a totalidade das interpretações pressupostas é um saber de fundo. A partir das teorias sociológicas baseadas na ação comunicativa, Habermas (1999) considera que só o conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio de entendimento. Dessa forma, todas as funções da linguagem são levadas em conta, pois não é mera conversação, mas coordena a ação, ajusta os planos respectivos dos participantes na comunicação, a fim de que possam interagir. A ação comunicativa visa ao entendimento entre pessoas competentes para agir e falar. O conteúdo proposicional do ato de fala é objeto de discussão, as pessoas levam em conta informações, convicções, aceitam ou não a oferta do ato de fala e se posicionam de acordo com um princípio de validade suscetível de revisão e crítica. Contudo, se o entendimento é imanente à linguagem, deve-se ressaltar que existem obstáculos e limites a esse processo de integração pela comunicação, como a preponderância da racionalização instrumental e a tendência de o sistema prejudicar a socialização comunicativa, porquanto perfaz a “colonização do mundo da vida”. Destarte, Habermas (1999) desenvolve o conceito de “mundo da vida” como um lugar em que se dá a integração social, se contrapondo ao “sistema” que produz apenas integração sistêmica. A concepção de

sociedade como mundo da vida resulta da perspectiva conceptual da ação orientada para o entendimento; por conseguinte, o autor propõe que se entenda a sociedade a partir de um conceito dual, como sistema e como mundo da vida, que distingue entre racionalização do mundo da vida e aumento da complexidade dos sistemas sociais.

Dessa maneira, para que o *overlapping consensus* de recorte rawlsiano (Rawls, 2000) seja construído de forma satisfatória, é mister agir comunicativamente, no lugar transcendental do mundo da vida, através de atos de fala que objetivam algo no mundo, e são usados para normatizar na esfera do mundo social, expressando algo do mundo subjetivo, em que falante e ouvinte vão um ao encontro do outro, e podem colocar a pretensão de que suas emissões concordam com o mundo, criticando e mostrando os fundamentos de suas pretensões de validade, resolvendo seus desentendimentos, até chegar a um acordo. As estruturas gerais que se erguem no mundo da vida são: a cultura que reproduz e dá coerência ao saber necessário para a prática comunicativa; a sociedade que integra a ação num tempo histórico, coordenando-a por relações legítimas; a personalidade que é socializada a ponto de chegar a ações autônomas. O mundo da vida é formado por convicções e modelos de interpretação (morais, éticos, práticos) que funcionam como uma rocha, contra a qual batem a experiência e a crítica (Kritsch; Silva, 2011).

A racionalidade técnica incorporada pelo Centro Comercial do romance “A Caverna” (Saramago, 2000), é a racionalidade da própria dominação, da colonização do mundo da vida pelo sistema econômico, onde nada deve ser produzido e comercializado sem corresponder às tabelas do consumidor padrão, do público alvo, pois, em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção, não havendo nada mais a classificar que não tenha sido antecipado em tal esquematismo. Atualmente uma mercadoria precisa conquistar o consumidor para ser comprada por fatores além da razão, tais como, mistério, intimidade e sensualidade. A revolução tecnológica está tão entranhada na consciência do consumidor que a novidade se tornou o principal recurso de vendas, pois se crê que o novo equivale ao categoricamente revolucionado, porquanto se a economia transforma o mundo, ela o transforma simplesmente como o mundo da economia que perfaz a exibição incessante do poder econômico sob a forma da mercadoria espetacular que foi levada a uma espantosa inversão do seu tipo de justificativa enganosa (Debord, 1997). Desse modo, o consumidor real torna-se um mero consumidor de ilusões. O recurso principal desta sociedade do espetáculo é a propaganda universal de si mesma como pura representação do poderio social (Adorno, 1995). A paisagem urbana e a do Centro se tornaram um mero pano de fundo para a publicidade como arte pura.

O Centro recorrerá também ao uso de enormes cartazes exibidos em sua fachada, cartazes vergonhosamente fraudulentos com dizeres absurdos sobre segurança, necessidade, amizade, entretenimento, cordialidade. O recurso da mensagem publicitária empregado pelo Centro agencia constantes psíquicas para persuadir as pessoas a fazerem o que se deseja que façam, pois o inconsciente deseja sonhar em plenitude com algo de positivo, por isso, uma mensagem publicitária negativa jamais será persuasiva. O Centro filtra forçosamente o mundo inteiro, produzindo produtos que serão consumidos de forma voraz. Modelados violentamente por uma organização tecnológica, os cidadãos reproduzem-se na imitação da cópia. Na mônada-Centro do romance, o mínimo de exterioridade é excluído no desejo dominador de expressar o mundo inteiro, na tendência a fazer-se igual a Deus para onde todos os caminhos confluem. O Centro acabou por gerar de si mesmo e em si mesmo, por pura necessidade, algo que pode chocar certos ortodoxos mais sensíveis, ou seja, uma natureza divina. Ou quem sabe, num discurso médico, o Centro se assemelha àquela aberração da fisiologia humana que a medicina conhece como o estômago que se digere a si mesmo.

4. CONSIDERANDO A CIDADE AUSENTE

As considerações a respeito da forma narrativa do romance, do capitalismo tardio e da ação comunicativa, permitem avançar no que tange às questões da representação da cidade invisível e transparente de Saramago (2000), porquanto a leitura marxista das cidades considera que elas são consequência da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas. Deve-se a Jameson (1986) e a Lefebvre (2001) a noção da predominância do espaço na contemporaneidade, porquanto consideram a importância histórica dos vários

modos de produção, cujos tempos e espaços são vivenciados distintamente. As cidades são, igualmente, o contexto no qual se desenrola a luta de classes e a formação de uma consciência revolucionária. Lefebvre (1999) reconhece e enfatiza o valor do urbano e da nova globalidade do sistema na experiência contemporânea, pois os modos de produção constituem modos distintos da produção do espaço.

A noção de lugar na cidade contemporânea tem como contraponto a noção de não-lugar (Augé, 1994), ou seja, um espaço descontínuo de identificação do sujeito em permanente deslocamento que desterritorializa a experiência individual instituindo a possibilidade do voltar-se sobre si mesmo na abertura de reconfigurações da subjetividade. Conforme Choay (1992), o urbanismo, como “apanágio de especialistas”, surge com a “despolitização do pensamento relativo ao planejamento urbano”, cujo interesse transfere-se das estruturas sócio-econômicas para as estruturas técnico-estéticas, tornando-se o urbanista um especialista disponível para a nova classe dirigente. Não obstante, de acordo com Martins (2000), o urbanismo corresponde a um saber político que articula uma práxis que contém múltiplos elementos sociológicos. Segundo Burnett (2009), a realidade desigual das nossas cidades é consequência de complexos processos históricos de conformação e consolidação da hegemonia política e econômica das classes dominantes, através da constante e predadora exploração do trabalho assalariado, em uma promíscua aliança com o Estado e sua estrutura burocrática, patrimonialista e clientelista.

A cidade do romance saramaguiano é um fantasma onipresente apenas vislumbrado em toda a leitura, porquanto, não possui um corpo sólido, como os corpos das personagens Cipriano, Marta, Marçal, e principalmente do Centro Comercial, contudo, sua presença incomoda, pois fala de algo olvidado e essencial, apesar de sua ausência e de seu silêncio quase absolutos. É no trajeto percorrido por Cipriano e Marçal, entre a Olaria Algor e o Centro, que se pode vislumbrar a extrema visibilidade do Centro e a extrema invisibilidade da cidade. Ao perder a esperança de encontrar, no ambiente urbano, o cumprimento de seus objetivos sociais, o indivíduo moderno encontra-se sozinho com o seu contrário na ausência da cidade de vidro estruturada pelos espaços vazios do não-lugar, uma categoria que não tem relacionamentos, identidade e história, que realizam um esvaziamento sistemático da consciência. O não-lugar (Augé, 1994) é um lugar de propriedade negativa, uma espécie de “lugar ausente de si mesmo” que perpetra a socialização na solidão.

A análise da estrutura textual é analisada como sendo mediatizada por estruturas sociais e/ou econômicas heterônomas, porquanto a sociedade e as suas transformações históricas são interpretas, no texto, tendo como base as relações sociológicas. Se o mundo moderno é, por um lado, o mundo da revolução tecnológica e o da liquidação das formas tradicionais da cultura, é também, por outro lado, o mundo do desencontro fatal entre esse desenvolvimento da técnica e uma ordem social que não se renova. A cidade invisível do romance em questão representa um lugar de ausência e de invisibilidade, enquanto o Centro Comercial representa um lugar de visibilidade e simulação num universo de virtualidades em que é possível tornar real uma situação hipotética com a manipulação de imagens. A cidade é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico, além de ser consequência da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas.

A Carta de Atenas (Le Corbusier, 1993) fixou que as quatro funções básicas da cidade são habitação, trabalho, lazer e circulação. Contudo, novas funções para a cidade vão se somando, algumas destas funções já existiam na cidade antiga, porém não possuíam a importância que hoje se dá a elas, por diversos fatores que vieram a se agregar nesta nova/velha cidade. A nova Carta de Atenas, elaborada pelos arquitetos europeus, é a cidade conectada, instantânea, que utiliza as novas tecnologias de informação. E esta conexão também deveria ocorrer no campo social, através de um compromisso de equilíbrio da sua diversidade e riqueza multicultural: no econômico, de meio ambiente e planejamento urbano. A nova Carta de Atenas, revisada, também aponta novos conceitos e funções da cidade do século XXI que são divididas em três grupos: funções urbanísticas, funções de cidadania e funções de gestão. Cada grupo possui quatro funções: as funções urbanísticas de habitação, trabalho, lazer e mobilidade; as funções de cidadania de educação, saúde, proteção e segurança; as funções de gestão de prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural, e sustentabilidade urbana.

Não obstante, de acordo com Rancière (1995), o fim da alternativa socialista não significou qualquer renovação do debate democrático, mas sim a redução da vida democrática para a gestão das consequências locais de necessidade econômica global que impôs as mesmas soluções consensuais a todos como o supremo valor democrático. Com relação às cidades, entendidas como um fenômeno urbano, esta mudança significou, conforme Swyngedouw (2007), em aceitar as implicações do deslocamento socioeconômico urdido pela reorganização da produção e da demanda em escala global, pela rede transnacional de empresas e indivíduos, pelos fluxos de investimento especulativo global e pela reestruturação rápida dos mercados de trabalho. Por conseguinte, redefiniu-se a agenda político-policial urbana que reflete um foco político que se distancia das considerações reguladoras e distributivas em razão da promoção do crescimento econômico e da competitividade. O surgimento desta nova modalidade de governança urbana se enquadra, conforme Arantes (2000), numa linguagem comum e consensual de criatividade competitiva, flexibilidade, eficiência, empreendedorismo estatal, parcerias estratégicas e vantagens colaborativas. A urbanidade tecnocrática consensual é a negação da base democrática para a política, pois anseia possuir grupos bem identificáveis com interesses, aspirações valores e cultura específicos.

Ao ocorrer um deslocamento de técnicas de governo de formais para informais e o aparecimento de novos atores na cena político-policial urbana institui-se uma reorganização tríplice que procura organizar a “conduta da conduta”, combinando um desejo de, politicamente, construir o mercado como a instituição social preferida de mobilização e alocação de recursos, cuja primeira característica é a externalização das funções do Estado através da privatização e desregulamentação das atividades sociais, econômicas e culturais; a segunda característica é a melhoria da governança através do qual o Estado nacional delega tarefas regulamentares e outras tarefas a níveis de governança de escala superior; a terceira característica diz respeito à degradação da governança a práticas e arranjos “locais” baseados numa multiplicidade de interesses. Dessa maneira, na cidade pós-política (Swyngedouw, 2007), o conflito de visões ideológicas globais é substituído por uma colaboração de tecnocratas iluminados, cujo acordo é alcançado sob o disfarce de um consenso mais ou menos universal que exclui os “espaços de litígio” (Žižek, 1999). A construção do consenso pós-político urbano é radicalmente reacionário, porquanto antecipa a articulação de trajetórias divergentes, conflitantes, e alternativas para possibilidades e organizações urbanas futuras. De acordo com Rancière (1995), os conceitos vagos de cidade criativa, de cidade competitiva, de cidade inclusiva, de cidade global e sustentável, servem para substituir os “nomes próprios” da democracia, espaço onde o sem nome, o não contado, e, portanto, o não-simbolizado, tornam-se nomeados e contados.

Deve-se ressaltar, por fim que, para que as funções sociais da cidade sejam ordenadas no sentido de que ocorra o seu pleno desenvolvimento é fundamental que estas funções se tornem conhecidas não apenas pelos formuladores e executores da política de desenvolvimento urbano, mas por todos os sujeitos. Encontrá-las, reconhecê-las, na amplitude e diversificação do ambiente urbano, de todas as interações que ele sofre, e nele interagem, não é tarefa das mais fáceis. Porém, as funções aqui elencadas, se não forem ordenadas no sentido da promoção da justiça social urbana, da melhoria da qualidade de vida dos habitantes do meio urbano, proporcionando a estes o bem-estar, as funções da cidade não podem receber o qualificativo de sociais, porquanto serão apenas funções da cidade.

Dessa maneira, o artigo procurou analisar a (in)capacidade de se desenvolver uma consciência moral autônoma e a inclinação à submissão cega e passiva a formas de domínio autoritárias, uma vez que as consciências se tornaram efêmeras e frágeis em relação a um mundo de fluxos e instabilidades. O exame criterioso da contemporaneidade reflete a respeito de uma época conturbada em que os artefatos maquímicos direcionam a subjetividade humana, transformam o seu corpo, colocando-o em questão. O universo a que nos remetem os romances é o de um mundo mediado pela técnica do virtual e do digital que exige novas formas de percepção da realidade. Dessa maneira, criam-se novos desejos e novos espaços de atuação, pois as formas habituais de representação sofreram abalos inesperados e foram colocadas à deriva, pois representar denota dar sentido ao real que se constitui pela relação conflitante entre homens e coisas.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- Althusser, L. *La filosofía como arma de la revolución*. Córdoba, 1968.
- Arantes, O. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Augé, M. *Não-lugares*. Campinas: Papirus, 1994.
- Bauman, Z. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. *Modernidad líquida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- Burnett, C.F.L. *Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista*. Tese em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2009.
- Candido, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- Choay, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- Debord, G. *Société du spectacle*. Paris: Champs Libre, 1971.
- Facina, A. *Literatura & sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- Habermas, J. *Teoria da acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1999.
- Jameson, F. *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática, 1996.
- Kritsch, R.; Silva, A. L. Considerações acerca da noção de razão pública no debate Rawls-Habermas. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 67-90, jun. 2011.
- Lefebvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- Lowy, M. *Redenção e utopia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- Lukács, G. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- Le Corbusier. *Carta de Atenas*. São Paulo: EdUSP/Hucitec, 1993.
- Mandel, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Martins, S. O urbanismo esse (des)conhecido saber político. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* nº 3, Outubro. Recife: ANPUR, 2000.
- Marx, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- Mauss, M. *Essai sur le Don*. Paris: Editions Galilée, 2010.
- Rancière, J. *La Mésentente – politique et philosophie*. Paris: Editions Galilée, 1995.
- Rawls, J. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000.
- Santos, B.S. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1997.
- Saramago, J. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Swyngedouw, E. *Impossible/undesirable sustainability*. New York: Guilford, 2007.
- Suleiman, S.R. *Leroman à thèse*. Paris: PUF, 1983.
- Watt, I. *The rise of the novel*. London: Chatto and Windus, 1957.
- Zizek, S. *The ticklish subject*. London: Verso, 1999.